



**DILEMAS E CONTROVÉRSIAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO  
DESCRITIVO DA ESCOLA ESTADUAL DE REFERÊNCIA EM ENSINO  
MÉDIO CORONEL JOÃO FRANCISCO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE  
FÉRRER/PE.**

Lurdinalva Pedrosa Monteiro

nalva\_terra@hotmail.com

**Resumo**

A referente pesquisa busca apresentar uma análise da educação ambiental em meios a educação formal, pois percebe-se que são muitos entraves que norteiam uma prática que se vem discutindo há muitos anos. A partir desta percepção, objetivou-se analisar dilemas e controvérsias da educação ambiental na Escola Estadual de Referência em Ensino Médio Coronel João Francisco município de São Vicente Férrer/PE através dos discentes e docentes e quais as ações desenvolvidas pela mesma a partir do Projeto Político Pedagógico que venha a propiciar melhorias de atitudes dos alunos para além dos muros. No que se refere ao processo da análise dos resultados resultou uma abordagem qualitativa e quantitativo utilizando-se de questionários com questões fechadas e abertas no qual foram aplicados a uma amostra de 30 alunos do 1º ao 3º ensino médio e a 10 professores das referidas turma. Dentro da perspectiva de que processo educacional é o caminho da libertação através de uma visão holística para o meio ambiente, o que é necessário compreender mediante formação social e ambiental, enquanto instituição de ensino para promover mecanismos para esta mudança? Apresenta também a partir dos resultados uma proposta para possíveis para melhoria da qualidade da escola com base legais que norteiam o ensino EA. Esta pesquisa visa levar aos docentes do sistema educacional uma reflexão sobre a qualidade do processo ensino aprendizagem em relação a efetivação da educação ambiental como uma prática



constante no ambiente escolar, caso contrário, não haverá avanços no planeta no que se refere a uma política socioambiental fortalecida para o bem de todos.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Dilemas. Controvérsias. Educadores Ambientais.

**Abstract**

The related research aims to present an analysis of environmental education in formal education means, because it is perceived that there are many barriers that guide a practice that has been discussing for many years. From this perception, aimed to analyze dilemmas and controversies of environmental education in the State School for Excellence in High School Colonel John Francisco São Vicente Férrer/PE through which students and teachers and the actions carried out by him from the Political Project teaching that will drive improvements in the attitudes of students beyond the walls. With regard to the process of analysis of the results led to a qualitative and quantitative approach using questionnaires with closed and open-ended questions in which they were applied to a sample of 30 students from 1st to 3rd high school and 10 teachers of the said class. Within the perspective that educational process is the path of liberation through a holistic approach to the environment, which is necessary to understand by social and environmental education, as an institution of education to promote mechanisms for this change ? It also presents the results from a proposal for potential to improve the quality of the school with legal basis that guide EA education. This research aims to bring teachers to the educational system a reflection on the quality of teaching learning process regarding the effectiveness of environmental education as a standard practice within the school environment, otherwise there will be no progress on the planet with regard to a strengthened environmental policy for the good of all.

**Keywords:** Environmental Education. Dilemmas. Controvérsias. Environmental Educators.



## **Introdução**

Enquanto educadora e preocupada com atual situação da políticas ambientais no âmbito da educação me aguçou a curiosidade de conhecer como estão sendo desenvolvidas as ações para que intensifiquem a melhoria do ambiente escolar, dilemas e controvérsias que alunos e professores encontram para efetivação das práticas ambientais. Neste sentido escolheu-se uma escola como projeto piloto (Escola Estadual de Referência em Ensino Médio/São Vicente Férrer/PE) semi-integral, a mesma tem boa qualidade no processos ensino aprendizagem e professores são qualificados e atuantes nas suas respectivas áreas/disciplinas.

A escola possui uma gestão democrática, sendo mais um fator que me levaram a refletir sobre algumas lacunas que na minha formação e atuação profissional enfrento com relação os diversos desafios, que vivenciei e vivencio até hoje sobre a efetivação da educação ambiental em educação tendo como ponto de diagnose o Projeto Político Pedagógico (PPP). A importância de trabalhar o tema: Dilemas e Controvérsias da Educação Ambiental: Um estudo descritivo da Escola Estadual de Referência em Ensino Médio Coronel João Francisco município de São Vicente Férrer/PE poderá nos ajudar a responder alguns questionamentos como: O que pensam os pensam os professores e os alunos sobre política ambiental em educação para melhoria da qualidade vida? Quais os dilemas que impedem gestão ambiental que visam atender as mínimas necessidades para melhoria da qualidade da saúde, educação, moradia e conseqüentemente uma aprendizagem significativa? Quais são as controvérsias identificadas nas respostas dos professores e alunos sobre educação ambiental, realidade e educação?

As práticas educativas ambientais nos apontam para propostas centradas na criticidade e na emancipação dos sujeitos, com vistas à mudança de comportamento e



atitudes, ao desenvolvimento da organização social e da participação coletiva. Segundo o Art. 1º da Lei Federal nº 9.795 de abril de 199 (Lei da Educação Ambiental): “Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sócias, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.”

Esta pesquisa terá grande contribuição para o município de São Vicente Ferrér/Pernambuco e, bem como, melhorias e/ou mudanças das políticas educacionais, por se tratar das políticas ambientais em educação a partir do PPP (Projeto Político Pedagógico) primordial para garantia de vida no planeta.

### **Referencial Teórico**

A educação ambiental: um caminho para formação da cidadania.

“[...] nada mais está isolado, existindo apenas um único tipo de matéria em diferentes graus estacionário [...] o universo passou a construir uma grande teia onde tudo está interacionado.”  
MORAES (2003)

A globalização vem acompanhado por uma crise ambiental que atravessou fronteiras, a humanidade vem testemunhando grandes fatores que desequilibraram o bem-estar e a qualidade de vida da humanidade, tais como devastações, fome, mudanças climáticas e etc., devido a exploração demasiada, desmatamento e poluição causados pelo homem. O ser humano é o único provido de racionalidade, é aquele que está comprometendo o equilíbrio da natureza, causando alguns desequilíbrios em sua própria espécie e com tudo que o cerca. Em resposta a esta preocupação surge neste universo uma proposta que busca sensibilizar o ser humano para preservação ambiental através



da educação ambiental escolar. Segundo o Art. 1º da Lei Federal nº 9.795 de abril de 1999:

Entende-se por educação ambiental os processos por meios dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente. (LEI DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1999):

A educação ambiental trata de uma mudança de paradigma que implica tanto uma revolução científica quanto política, em específico, ao educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita. Nesse sentido, podemos resgatar o pensamento de Edgar Morin, que vislumbra para o terceiro milênio a esperança da criação da cidadania terrestre. A política de educação ambiental desenvolvida no Brasil apresenta-se, assim como aliada dos processos que promovem uma “sociologia das emergências” (SANTOS, 2002. p. 237-237), como estratégia para superar o paradigma da racionalidade instrumental que operou, no Brasil e no mundo, silenciamentos opostos à participação, à emancipação, à diversidade e à solidariedade.

Uma das dificuldades atuais na aplicação da educação ambiental nas escolas, como prevê a Lei nº 9.975/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), é a falta de formação continuada. A grande maioria dos professores que hoje atuam em sala de aula não teve acesso à educação ambiental em sua formação inicial. É natural que sintam dificuldade em aplicar conhecimentos que, apesar de não terem sido adquiridos anteriormente, são fortemente demandados pela crescente importância que os temas ambientais assumem na vida cotidiana.

A educação ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio



social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e corresponsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais. Trata-se de construir uma cultura ecológica que compreenda natureza e sociedade como dimensões intrinsecamente relacionadas e que não podem mais ser pensadas — seja nas decisões governamentais, seja nas ações da sociedade civil — de forma separada, independente ou autônoma (CARVALHO, 2004).

Capra (1997), discute novas concepções e valores compartilhados, delineando um paradigma que concebe o mundo como um todo integrado e não como um conjunto de partes dissociados, reconhecem a interdependência fundamental de todos os fenômenos sociais e naturais bem como o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos intimamente ligados aos processos cíclicos da natureza. Deve-se cultivar a noção de que educação ambiental abrange as dimensões ética, estética e política e que o ser humano é responsável individual e coletivamente por todas as ações que venham a contribuir positivamente ou negativamente para o meio em que se integram.

Assim a educação ambiental é o caminho que busca facilitar o processo participativo que amplia e fomenta o envolvimento de professores, gestão, funcionários, pais de alunos, alunos e comunidade para participação de diálogos que possam facilitar a construção e inserção da mesma como processo transversal significativo necessário para a mudança de paradigma no ambiente escolar. Assim, dentro da perspectiva se faz necessário buscar as garantias regidas pelas leis, conforme a Constituição Federal (1988, art. 125):

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade



o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Considerando a ética da sustentabilidade e os pressupostos da cidadania, a política educacional pode ser entendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder e se destina à resolução pacífica de conflitos, assim como à construção e ao aprimoramento do bem comum. Nesse sentido, passamos a vislumbrar como meta uma educação ambiental para a sustentabilidade socioambiental recuperando o significado do ecodesenvolvimento como um processo de transformação do meio natural que, por meio de técnicas apropriadas, impede desperdícios e realça as potencialidades deste meio, cuidando da satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais.

A educação ambiental entra nesse contexto orientada por uma racionalidade ambiental, transdisciplinar, pensando o meio ambiente não como sinônimo de natureza, mas uma base de interações entre o meio físico-biológico com as sociedades e a cultura produzida pelos seus membros. (LEFF, 2001, p. 134) coloca a racionalidade ambiental como produto da práxis, ou seja, seria “um conjunto de interesses e de práticas sociais que articulam ordens materiais diversas que dão sentido e organizam processos sociais através de certas regras, meios e fins socialmente construídos”. Essa concepção de educação ambiental foi parcialmente apropriada pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA–lei 9.795/99) que em seu artigo primeiro define a educação ambiental como processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. A contribuição da educação formal de acordo com Reigota (1988, p.280):



A educação, seja formal, informal, familiar ou ambiental, só é completa quando a pessoa pode chegar nos principais momentos de sua vida a pensar por si próprio, agir conforme os seus princípios, viver segundo seus critérios.

A escola não pode assumir sozinha a grande responsabilidade em reverter a crise ambiental, a formação de valores sustentáveis não depende só da escola, mas de um conjunto de ações, políticas, econômicas e ambientais em direção a sociedade mais justas, econômica e ecologicamente sustentáveis. Desta forma, é tão importante a escola buscar parceiros, pesquisadores/as, instituições para desenvolver um trabalho coletivo que desperte a integração dos mesmos visando resultados essenciais a nível local ou global. Freire (1996) nos remete a refletir sobre o ensinar, pois “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, sendo assim a escola deve proporcionar condições para o educador possa atuar no questão em debate campos de estudos viáveis tanto para educador como para educando.

Percebe-se que as mudanças ambientais globais com as quais teremos de conviver daqui para frente caracterizam-se pela rapidez com que se manifestam na história da terra, sendo assim, há necessidade de discutir o papel do educador e sua contribuição quanto a proposta de trabalho no âmbito escolar que demanda uma nova construção de concepção de uma nova cultura que se inserem seus educandos marcada por um capitalismo devastador. A educação ambiental vem atuar na transformação de valores nocivos que contribuem para o uso degradante dos bens comuns da humanidade. As escolas tem a chance de se constituírem em incubadoras de vida sustentáveis, mesmo que, obviamente não possamos colocar sobre as costas dos estudantes e professores a carga de mudar o mundo.





A comunidade escolar é mais um entre os agentes sociais a se engajar nessa transformação necessária e comprometida com mudanças de valores, comportamentos e atitudes, que deve se realizar com excelência o fortalecimento do papel da escola como agente de transformação, de espaço de aprendizagem, de criatividade para implementação de mudanças socioambientais. Segundo Martinez (2006, p.83), “as iniciativas pedagógicas procuram responder às novas práticas educacionais, revendo conteúdos, metodologias e, claro, a formação de professores, entre outras medidas de interação e mudanças sociais”. Partindo deste pressuposto como afirma Martinez (2006), há necessidade de rever o papel do educador nesta trajetória em que a educação ambiental faz parte impreterivelmente dos assuntos a serem planejados partindo do Projeto Político pedagógico e colocados em ações para que se possam obter resultados dentro e fora da escola através da mediação do educador.

A educação ambiental é tratada no Brasil a partir de uma matriz que vê a educação como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalista e na compreensão do mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade. A complexidade ambiental contemporânea, respaldado em Leff (2001), se caracteriza como sendo a expressão do reconhecimento da crise civilizatória atual, pelo desenraizamento das origens e causas destas e pela projeção de um pensamento e ação complexos orientado no sentido de reconstrução do mundo sob novas bases de relação sociedade-natureza. Uma questão importante é qual educação ambiental será regulada, tendo o atual governo uma perspectiva clara de que ela deve ser popular, crítica e emancipatória. Futuros governos podem não pactuar com essa perspectiva, mas espera-se que se constitua, no seio da sociedade civil, um conjunto articulado que não permita o abandono de ações de Estado que subsidiem esta perspectiva.

Para mudar de paradigma é necessário que a educação ambiental promova uma relação entre o “eu” e o “outro”, pela prática social reflexiva e fundamentada



teoricamente, pois a ação conscientizadora é mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, a assimilação de diferentes saberes, e a transformação ativa da realidade e das condições de vida. A escola precisa investir na formação do professor, rever o projeto político pedagógico rompendo dogmas e obstáculos assumindo um tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis a partir da mediação pedagógica

### **Metodologia**

Estudo de paradigma teórico-metodológico fenomenológico participativa e documental de pesquisa do tipo não experimental e descritiva, de enfoque qualitativo e quantitativo, de corte transversal, fundamentada na combinação de abordagem, muito embora sua análise e resultado tenha maior ênfase no estudo qualitativo, orientado à compreensão de fenômeno, utilizando Método Interpretativista com análise de conteúdo do tipo temático. (SANTOS, 2009; MINAYO, 2005).

O referido estudo foi direcionado em analisar a educação ambiental: Dilemas e Controvérsias da Educação Ambiental: Um estudo descritivo da Escola Estadual de Referência em Ensino Médio Coronel João Francisco município de São Vicente Férrer/PE. Os critérios de escolha mesma foi que a mesma não possuía nenhuma pesquisa direcionada na perspectiva ambiental (Escola Estadual de Ensino Médio Semi-integral, Escola de Referência Coronel João Francisco), possuir estrutura para o desenvolvimento da pesquisa e é referência no município possui uma gestão democrática e por haver muito investimento pelo governo estadual para que a mesma obtenha grande número de aprovados tanto no ensino média, nas avaliações internas (SAEPE), externa (SAEBE) e nos vestibulares.

O universo da pesquisa foi composto por todos professores do Ensino Médio (10) e 30 alunos do 1º ao 3º ano, selecionado de forma aleatória para participarem da investigação. No início da coleta dos dados foi garantido aos respondentes o sigilo da



identificação dos mesmos e das organizações. (YIN, 2005. p.19) sugere que seis fontes de evidências devem ser utilizadas, na medida do possível, para que se obtenha um bom estudo, a saber: “(1) documentação; (2) registro de arquivo; (3) entrevistas; (4) observações diretas; (5) observação dos participantes; (6) artefatos físicos”.

Desta forma para que a pesquisa tivesse efeito para coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos: Questionário: Com questões abertas que permitiram expressar-se livremente e questões fechadas, as quais foram apresentadas ao entrevistado possibilidades de respostas, opções, onde o interrogado escolheu a mais adequada para responder a cada item. O instrumento de pesquisa foi composto por 15 questões de forma semiestruturadas. Também utilizou-se da análise documental: o Projeto Político Pedagógico.

O trabalho foi desenvolvido no período de 04 meses, visto que havia necessidade de conhecer o ambiente escolar, aplicar os questionários, relatórios, analisar o projeto político pedagógico, observar as atividades voltadas para temática como palestras, atividades práticas (reciclagem, reutilização de materiais no ambiente, comportamento, mudanças de atitudes). A análise dos dados foi realizado por tabulação pelo programa Excel, através de gráficos (de barras e pizza), para melhor compreensão dos resultados, assim, confrontar as respostas de cada turma e confrontar com o Projeto Político Pedagógico da escola.

## **Resultados**

Confrontando os resultados dos questionários aplicado da amostra de 30 alunos e dos 10 professores com o Projeto Político obteve-se o um quadro comparativo com os resultados, em que, os dilemas e controvérsias partiram das análise dos questionários aplicados.



**Quadro 1 - Quadro comparativo dos resultados obtidos a partir da análise descritiva do PPP e dos questionários – alunos e professores - Escola Estadual de Referência em Ensino Médio/SVF/PE –2013.**

<b>Nº</b>	<b>PPP</b>	<b>DILEMAS</b>	<b>CONTROVÉRSIAS</b>
<b>01</b>	<b>Desatualizado (2008)</b>	<b>Não há formação contínua em E.A</b>	<b>Efetivação das Políticas Ambientais.</b>
<b>02</b>	<b>Não contempla plano de Ação para E.A.</b>	<b>Escola conteúdista, ausência da prática no que se refere a E.A. Busca atingir metas percentuais</b>	<b>Teoria/Prática em consonância. Preparação para cidadania</b>
<b>03</b>	<b>Encontra-se a temática E.A implicitamente no plano de ação na regência de classe de forma disciplinar: Biologia e Geografia.</b>	<b>Necessidade de palestras, profissionais qualificados, gestores ambientais, ausência da parceria dos órgãos municipais e comunidade.</b>	<b>Gestores ambientais participando das atividades no âmbito escolar.</b>
<b>04</b>	<b>Os projetos realizados E. A, não são contínuos. Apenas esporádicos disciplinares ou multidisciplinares.</b>	<b>Não há compreensão clara de como são desenvolvidos os projetos ambientais, apenas percebe-se que são de curta duração.</b>	<b>Projetos interdisciplinares partindo da necessidade do aluno.</b>



<b>05</b>	<b>Não consta no PPP a implementação do COM-VIDA e Agenda 21 Escolar.</b>	<b>Existem ações desenvolvidas através do COM-VIDA, no entanto, não é contínuo.</b>	<b>Fortalecimento do COM-VIDA e a Implementação da Agenda 21</b>
<b>06</b>	<b>Não proposta de formações contínuas em E A.</b>	<b>Compreendeu-se que não houve interesse em solicitar formações contínuas, apenas palestras ou profissionais na área em E. A.</b>	<b>Formação contínuas e não fragmentadas (estáticas).</b>

### **Considerações Finais**

Percebeu-se a partir desta pesquisa que a Educação Ambiental em educação é um instrumento importante para a mudança de comportamento rumo ao desenvolvimento sustentável de uma sociedade. Esse caráter dinâmico garante que a Educação Ambiental obtenha resultados positivos com relação a mudanças de valores e comportamentos, resultando em um novo padrão de desenvolvimento.

Para que se caminhe em direção de mudança de paradigmas é necessário à existência de profissionais capacitados para atuarem de forma multiplicadora e disseminadora a partir da educação, princípios que a escola norteiam para contemplar a sociedade como um todo. E esse tem sido um fator limitante na inserção da temática ambiental nas diferentes áreas do conhecimento.

Se faz necessários que os professores busquem garantir momentos de discussão e compreensão da realidade socioambiental em que estamos inseridos, numa perspectiva



de construção de espaços para o exercício da cidadania juntamente com a sociedade, escola para a gestão democrática. Neste contexto, a Educação Ambiental em educação deve ser relacionada com a vida das pessoas no seu cotidiano, o que elas veem e sentem, conhecer as causas e consequências que provocam os problemas socioambientais locais também facilitará à sociedade propor soluções.

Percebeu nesta análise é que a escola precisa estar atenta às várias formas de atuação e de informação que a sociedade está sujeita. É necessário refletir sobre valores presentes entre os seres humanos, que os mesmos foram e são constantemente veiculados, principalmente pelos meios de comunicação de massa. Acreditamos que através do ensino é possível construir caminhos, envolvendo as diferentes áreas do conhecimento, e que através do debate e do repensar nossa prática cotidiana possamos criar valores de sustentabilidade econômica, social e cultural.

A realidade da educacional em educação ambiental ainda não é a que sonhamos, graves problemas ainda impedem um bom desempenho escolar e resultados positivos do sistema de ensino.

## **Referências**

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 9.795, de 27.04.1999. **Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências**. DOU 28.04.1999



BRASIL. Ministério da Educação. Propostas de Diretrizes da Educação Ambiental para o ensino formal – **Resultado do II Encontro Nacional de representantes de EA das Secretarias Estaduais e Municipais (capitais) de Educação** – 2001.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**. 11. Ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

CARVALHO, I. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Maria José F.S. Tema 2: Desenhos amostrais em pesquisa qualitativa. In: NAVARRETE, Maria Luiza V.; SILVA, Maria Rejane F.; PÉREZ, Amparo S.M.; SANTOS, Maria José F.S.; GALLEGO, Maria Eugenia D.; LORENZO, Ingrid V. **Introdução às técnicas qualitativas de pesquisa aplicadas em saúde**. - Cursos GRAAL 5. Recife:IMIP, 2009. Pp. 31-50.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil**: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

MINAYO, M. C. S. (org.). **“Avaliação por triangulação de métodos**: Abordagem de programas sociais. / Organizado por Maria Cecília de Souza Minayo, Simone Gonçalves de Assis e Edinilsa Ramos de Souza. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.



MORAES, Maria Cândida. **Educar na Biologia do Amor e da Solidariedade.** Petrópolis: Vozes, 2003.

REIGOTA, M. **Desafios à educação ambiental escolar.** In: JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências.** São Paulo: SMA, 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3º ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.